

Crise impede FEDF de cobrir déficit de vagas

No pré-escolar, 15 mil estão fora da escola; 300 salas esperam verbas para construção

OTAVIO VERISSIMO
Da Editoria de Cidade

Mal foram iniciadas as matrículas para o ano letivo de 1988, não há mais vagas nas escolas públicas procuradas, como Normal, Elefante Branco, Polivalente ou qualquer uma da Expansão do Setor O. Esta não é uma situação nova, embora tenha se agravado com a evasão de alunos das escolas particulares, em função do agravamento da crise econômica e consequente perda do poder aquisitivo.

E justamente na época de matrícula que os problemas enfrentados pela Fundação Educacional tornam-se mais evidentes. Por exemplo, mesmo com o oferecimento de 19 mil novas vagas, passando a atender 355 mil 281 alunos, há ainda a necessidade de atender cerca de 15 mil crianças na fa-

xa do pré-escolar. Destas 19 mil novas vagas, 12 mil 168 alunos deverão ser atendidos no turno intermediário — o chamado turno da fome — por falta de salas de aula.

Segundo o diretor-executivo da FEDF, José Quintas, para fazer frente ao crescimento da demanda, 300 salas de aula deveriam ter sido construídas no ano passado, mas a falta de recursos impediu qualquer tentativa nesse sentido. Para solucionar o déficit seriam necessários Cz\$ 4 bilhões, somente para reformas, construção e equipamentos, de acordo com cálculos feitos em dezembro. No entanto, o orçamento da FEDF para 1988 prevê apenas 10 por cento deste valor, conseguidos através da liberação de recursos provenientes da cota estadual do salário-educação.

José Quintas fala destes problemas e da extinção da Fundação Educacional, proposta na reforma administrativa anunciada pelo governador José Aparecido.

BETH MUNHOZ / ARQUIVO

O déficit de salas de aula é um problema que vem se arrastando ao longo dos anos. Para complicar, em agosto último o CORREIO BRAZILIENSE publicou entrevista na qual o senhor admitia a provável interdição de escolas por absoluta falta de condições para o funcionamento. Agora que chegamos ao período de matrículas, parece que a situação se agrava e o resultado é que logo nos primeiros dias faltam vagas. Como é que o senhor está vendo esta situação?

O Distrito Federal é meio complicado. Você tem vaga em determinados lugares, e em outros falta, em virtude da própria mobilidade da população. Para se ter uma idéia, em 1985 algumas invasões de Taguatinga foram removidas para o Setor de Expansão da Ceilândia. O que aconteceu, ent-ao? Algumas escolas ficaram vazias, enquanto que na mesma Taguatinga, nos setores L e M Norte, foi necessário construir escolas às pressas. O aluno muda, sai de um lugar e vai para outro, mas a escola não vai junto com ele. Eu sempre costumo dizer que no dia em que a invasão do Ceub for removida para uma outra área do DF, teremos problemas. Teremos vagas nas escolas da Asa Norte, enquanto faltarão vagas nesta nova área.

Como ficam os novos alunos que atingem a idade escolar, em todos os anos?

A população do DF vem crescendo em torno de 4,8 por cento. Isto não quer dizer que o número de vagas deva crescer no mesmo percentual, mas algo em torno de 2,5 por cento ao ano. O que tem havido, na verdade, é que nós temos comprimido o atendimento de uma das demandas socialmente mais importantes, que é o pré-

"Acho que não há necessidade de coexistência da Fundação e da Secretaria. Sob o ponto de vista técnico, a extinção da Fundação é perfeita"

escolar. A criança de 4, 5 ou 6 anos fica para ser atendida quando houver vaga, porque, por lei, temos que dar prioridade aos de 7 a 14 anos. Com isto você tem um falso atendimento, porque há um contingente de 4 a 6 anos que não é atendido. Se considerarmos apenas a necessidade do pré-escolar, que estimamos em torno de 40 mil crianças, teríamos que ter mais 15 mil novas vagas, pois estamos prevenindo para 88 o atendimento de apenas 25 mil no pré-escolar.

E como resolver esta situação?

Neste caso você teria que ter umas 250 salas de aula para esse pessoal. Como você não tem o espaço, então você direciona o atendimento, com o cuidado de não mascarar a realidade. O que a rede oficial de ensino faz? Ela vai tirando vaga do pré-escolar, e colocando o pessoal do primeiro ano em diante, de 7 a 14 anos. Enquanto isso as crianças de 4, de 5 e de 6 anos ficam esperando a existência de vaga. Se houver, ótimo, se atende. Se não houver, vocês os deixa esperando por que é preciso garantir o preceito constitucional. Ora sob o ponto de vista constitucional o procedimento está correto, mas sob o ponto de vista social é uma dívida que o sistema não está pagando, e nós temos consciência disto. Quando apresentamos uma previsão de 335 mil 281 alunos em 1988, o que significaria 19 mil novas vagas, nós na verdade estamos deixando de fora cerca de 15 mil crianças do pré-escolar. Por outro lado, dessas 19 mil novas vagas, 12 mil 168 alunos deverão ser atendidos

JULIO ALCANTARA



Quintas: verbas disponíveis não cobrem necessidades

no terceiro turno, no turno intermediário...

Segundo a União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Brasília (Umesb), esse é o déficit educacional existente hoje...

— Isto se, evidentemente, for confirmada esta previsão de 355 mil 281 alunos.

Este ano temos um dado novo, que é exatamente a crise econômica, que está provocando a evasão de alunos das escolas particulares. A Fundação tem alguma fórmula para absorver este novo contingente?

— A demanda proveniente deste fato novo é uma demanda que está localizada em áreas em que não temos grandes problemas. Evidentemente que se precisássemos criar turnos intermediários, criaríamos. Mas onde é que eu quero chegar? Exatamente no ponto onde essa demanda vai ser maior: no Plano Piloto, Cruzeiro, Guará. Nestas áreas, nós temos espaço. Não é o nosso problema. Basta você verificar onde estão localizados os turnos intermediários e saberá onde está o nosso problema. O turno intermediário está em Ceilândia, Paranoá, Gama, setores L e M Norte. Do total de 376 turnos intermediários, 279 estão na Ceilândia. A nível dessa nova demanda, nós sabemos que vamos segurar bem porque está localizada em áreas onde dispomos de melhores condições.

No início da entrevista o senhor falou em mobilidade da população, mas todo ano há esse problema de vagas. Não daria para a FEDF se antecipar, divulgando o número de vagas existentes em cada escola?

— Isso é divulgado. O problema é que nas áreas de maior necessidade nós não temos a quantidade necessária. Somente no Setor de Expansão construímos três novas escolas a partir de 86, a última está sendo entregue agora. Atualmente traçamos uma estratégia de matrícula onde se prevê, em cada complexo escolar, o número de vagas em cada escola. Quem faz esse trabalho é a própria escola. Ela manda os números e nós fazemos o mapeamento. Agora, evidentemente, na rede oficial existem áreas onde você tem uma concentração de solicitações, seja em áreas tipo Setor de Expan-

"Deveríamos ter hoje 300 salas, que deveriam ter sido construídas em 87. Atenderíamos parte da demanda do pré-escolar. Não tivemos recursos para isso"

são, seja em escolas que são muito procuradas. Mas o problema da rede não é oferecer vagas numa única escola. Ela tem que oferecer vagas no conjunto das escolas. É claro que a população acredita mais em determinadas escolas. Isto é justo,

mas tem um limite. Não se pode ampliar uma determinada escola para o atendimento dessa demanda, pois teríamos que criar turnos intermediários, perdendo em qualidade. Temos que lutar para que as outras escolas sejam procuradas. Há vagas na rede perto do Polivalente, por exemplo. Voltando à questão inicial, a Fundação Educacional não só tenta se antecipar, ter es-

"A máquina é inoperante, repete, duplica. As secretarias do GDF não têm condição de gerir, porque têm as fundações. O modelo já entrou em colapso"

se mapeamento de vagas, como ter um plano de construção na frente. Deveríamos ter hoje 300 novas salas de aula, que deveriam ter sido construídas ainda em 87. Com isto atenderíamos aos turnos intermediários e parte da demanda do pré-escolar. Não ganharíamos a batalha, mas pelo menos criaríamos 6 mil novas vagas no pré-escolar. Não tivemos recursos para isto e entramos em 88 brigando por eles, para conseguirmos estas 300 salas.

Dá para o senhor explicar o orçamento da FEDF para 1988?

— Nossos cálculos, em valores de dezembro, mostram que se tivéssemos Cz\$ 4 bilhões conseguiríamos fazer a reforma de todos os prédios da rede — reformas em vários níveis —, além de construir e equipar as salas de aula de que necessitamos. Porém, o orçamento com o qual fomos contemplados pelo Governo Federal garantiu apenas verba de pessoal e mais Cz\$ 298 milhões para manutenção — água, luz, telefone, etc. Não há dinheiro para obras. Entretanto, com a liberação de recursos provenientes da cota estadual do salário-educação, da ordem de Cz\$ 440 milhões, vamos iniciar o ano com obras. Neste momento, na área de obras, estamos iniciando o ano com 10 por cento do que precisamos. O que vamos fazer? Vamos fazer obras prioritárias tipo reforma das escolas que se encontram em estado crítico de conservação e construir algumas salas de aula em áreas rurais e no Setor de Expansão da Ceilândia. Estes Cz\$ 440 milhões correspondem ao total da cota estadual de salário-educação e começam a sair agora em janeiro. Não iremos recebê-los todos de uma só vez, mas com esta disponibilidade poderemos assumir compromissos.

O que houve com a fábrica de escolas?

— A fábrica funciona exatamente como uma empresa qualquer. Ela fabrica escolas em função das encomendas da Fundação.

Com relação à reforma administrativa anunciada

pelo GDF — mais especificamente com relação à extinção da FEDF, já deu para ter uma idéia a respeito?

— A questão da reforma é uma coisa que venho pensando há muito tempo, porque a gente tem consciência de que o modelo organizacional do DF, o modelo administrativo, realmente já entrou em colapso. A máquina é inoperante, duplica, repete. Isto que o secretário da reforma diz é uma análise que eu considero correta. No caso específico da Fundação Educacional, tenho uma posição que o pessoal da casa já conhece. Acho que realmente não há necessidade da coexistência da Fundação e da Secretaria de Educação. Basta uma Secretaria, mas não como esta de hoje; não como as Secretarias do GDF hoje. As Secretarias do GDF não têm condição de gerir porque têm as Fundações, e elas não foram instrumentalizadas nem sob o ponto de vista de recursos humanos, nem sob o ponto de vista da competência legal. Em nosso caso, a competência executiva fica com a Fundação. Extinguindo a FEDF, você teria que ter uma Secretaria onde o secretário tenha autonomia para firmar contratos, convênios e fazer licitações. Se ele depender da máquina central, se ele, para licitar uma obra ou a compra de um giz, depender da grande licitação feita pela Secretaria de Administração, aí o ensino estará roubado.

Se o senhor defende a centralização, o que acha da transferência da função executiva para as administrações das cidades-satélites?

— Este é um assunto sobre o qual eu ainda não me debruço. Acho que aí tem que haver prudência. O problema de gerir uma rede não é, evidentemente, o de gerir prédios. Esse é o menor problema. Trata-se de gerir o processo de ensino e aprendizagem. Nós temos, por exemplo, unidade centralizada que acompanha o processo pedagógico. Pensar em Administração Regional, fazer isto é pensar muito. Este é um assunto em que não tenho posição, reconheço apenas que FEDF e Secretaria de Educação se duplicam em alguns aspectos. No meu entender a Secretaria pode abarcar todas as tarefas: formulação de política e execução.

A extinção das fundações,

"Gerir uma rede não é gerir prédios. Trata-se de gerir o processo de aprendizagem. Pensar em administração regional fazer isso é pensar muito"

entre outros itens previstos na reforma administrativa do GDF, teria o poder de inibir ou enfraquecer os sindicatos?

— Seria ingenuidade política alguém pensar que, transformando o funcionário da fundação em funcionário estatutário, com isto inibiria os movimentos reivindicatórios organizados através de sindicatos, porque, na prática, as associações de servidores dos ministérios (na área federal) e dos servidores do DF já funcionam como sindicatos. Por exemplo, a Asmec conduziu a greve dos funcionários do MEC; o pessoal da Polícia Civil fez greve de advertência liderada por uma associação. O pessoal do Tribunal de Justiça também, e outros no País inteiro. Sob o ponto de vista legal, a Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte já aprovou a sindicalização dos funcionários públicos da administração direta. Reverter a tendência dos funcionários estatutários, de se organizarem para reivindicar, implicaria em mudança da regra do jogo político.